



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

057. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR PEB II – BRAILLISTA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

01. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

02. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 08:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

03. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.

- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
- (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
- (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
- (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
- (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.

04. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de

- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
- (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
- (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
- (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
- (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.

05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
- (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
- (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
- (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
- (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.

06. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
- (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
- (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
- (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
- (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...

07. Observe o emprego das aspas nas passagens:

... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)

... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)

É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de

- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
- (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
- (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
- (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
- (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.

08. Considere as seguintes passagens:

... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)

... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)

... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
- (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
- (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
- (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
- (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

09. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

10. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

11. Alcântara (2022) entende que o período da pandemia foi também ocasião de reflexão sobre a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas escolas.

A autora afirma que, assim como historicamente já ocorreu com a lousa, os livros didáticos e materiais individuais de escrita, a introdução desses novos materiais e instrumentos tecnológicos na rotina escolar

- (A) tem o potencial de alterar a própria concepção de escola, assim como suas formas de organização e funcionamento.
- (B) representa barreira determinante à qualificação da educação pública, cada vez mais massificada e menos individual.
- (C) apenas acrescenta um recurso didático à prática pedagógica, sendo o material incapaz de provocar mudanças culturais na escola.
- (D) comprova haver nas escolas uma marcada oposição entre os proponentes de práticas inovadoras e os docentes, que se agarram a práticas tradicionais.
- (E) pode erradicar por completo a produção de desigualdades no interior da sala de aula, o que atesta para seu caráter revolucionário.

12. Tendo por referência a definição classificatória de Bonamino e Sousa (2012) para as avaliações da educação em larga escala, as avaliações de terceira geração são aquelas que

- (A) evitam tanto quanto possível provocar consequências diretas sobre escolas e currículos.
- (B) concentram seus instrumentos em questões discursivas, substituindo os itens objetivos das gerações anteriores.
- (C) utilizam critérios ligados ao ensino, e não à aprendizagem, para analisar a qualidade da escola.
- (D) são aplicadas exclusivamente em meio digital, agilizando o processo de coleta e análise.
- (E) integram políticas de responsabilização forte, com mecanismos de sanções ou recompensas em função dos resultados.

13. De acordo com Hernández e Ventura (2017), a definição do tema é o ponto de partida na organização do projeto de trabalho.

Assinale a alternativa que expressa corretamente a perspectiva dos autores acerca dessa etapa do projeto.

- (A) Recomenda-se defini-lo em relação às demandas que os alunos propõem, levando em conta uma organização curricular baseada nos interesses dos estudantes.
- (B) É prerrogativa da supervisão escolar, cuja perspectiva ampliada permite a identificação e a proposição de temas adequados a cada faixa etária e ciclo de escolarização.
- (C) Deve-se evitar a conexão entre os projetos novos e os anteriores, de modo a preservar o caráter de surpresa e novidade para os estudantes.
- (D) Os temas dos projetos devem opor-se ao currículo oficial, pois, caso fossem vinculados a ele, seriam incapazes de engajar os estudantes.
- (E) O professor deve escolher temas sobre assuntos que as crianças não conhecem, mas apresentá-lo de tal modo que elas sintam ter participado da decisão.

14. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) descrevem um processo conjunto desenvolvido entre uma rede municipal de ensino e uma universidade federal. Nele, a comunidade acadêmica oferecia ajuda aos professores da rede, que voluntariamente compartilhavam problemas relacionados à inclusão escolar que poderiam ser trabalhados coletivamente. As autoras descrevem esse processo como um intercâmbio entre quem ajuda e quem é ajudado, de modo que o professor está a todo momento livre para aceitar ou rejeitar as soluções recomendadas durante a atividade.

Esse relato apresenta um exemplo do que as autoras denominam

- (A) supervisão escolar.
- (B) ensino mútuo.
- (C) consultoria colaborativa.
- (D) observação não participante.
- (E) pesquisa amostral.

15. Paulilo (2017), ao debater o fracasso escolar, mobiliza a perspectiva do importante educador e político brasileiro Anísio Teixeira.

Segundo o autor, Teixeira defende que a reprovação é um indicador de

- (A) qualidade do ensino, já que a escola tem o dever de selecionar os estudantes mais capazes, com base em parâmetros de alto desempenho.
- (B) falha da instituição e do sistema escolar, já que a escola tem o dever de ensinar a todos e assegurar o preparo para a vida comum dos cidadãos.
- (C) desestruturação familiar, já que o aluno oriundo de contextos disfuncionais apresenta déficits em sua performance acadêmica.
- (D) fatores individuais, já que a escola oferece as mesmas oportunidades a todos e deve evidenciar as limitações próprias de cada aluno.
- (E) justiça meritocrática, já que a escola deve efetivamente pautar a progressão escolar no esforço e nos resultados objetivos apresentados.

16. Entre as características dos multiletramentos que Rojo (2012) apresenta como unânimes para os estudos do campo, está o fato de os multiletramentos

- (A) seguirem a lógica de propriedade e o respeito à autoria, em conformidade com as relações de poder estabelecidas.
- (B) apresentarem-se como estáticos e unilaterais, devido ao afastamento gerado pelas tecnologias de comunicação contemporâneas.
- (C) favorecerem uma interação crescentemente competitiva perante o individualismo das sociedades capitalistas.
- (D) dependerem da distribuição controlada da informação, no que as mídias tradicionais, como o jornal e a televisão, são protagonistas.
- (E) serem híbridos, fronteiriços e mestiços no que diz respeito às linguagens, aos modos, às mídias e às culturas.

17. Hoffmann (2011) afirma a existência de uma “dicotomia educação e avaliação”. Na perspectiva da autora, essa dicotomia é

- (A) uma conquista dos movimentos educacionais progressistas, pautados em evidências científicas.
- (B) uma consequência da crescente influência do construtivismo sobre as práticas escolares.
- (C) um avanço da cultura escolar, enquanto consciência da necessidade de objetividade nos processos avaliativos.
- (D) uma falácia, pois toda ação educativa deve ser constantemente avaliada pelo professor.
- (E) um erro analítico, ao tratar esses dois termos equivalentes como fenômenos distintos.

18. Diante da multiplicidade de interpretações sobre o conceito de currículo, Silva (2016) resgata as contribuições de Sacristán para delimitá-lo como a expressão da função socializadora e cultural da escola.

Para Sacristán, segundo o autor, o desenvolvimento de currículos escolares é

- (A) uma prerrogativa exclusiva da escola e de seus agentes.
- (B) uma produção que ocorre no âmbito político.
- (C) um produto técnico que, como tal, deve ser ideologicamente isento.
- (D) uma tradução das necessidades individuais de cada aluno.
- (E) um processo normativo centralizado nas instâncias reguladoras.

19. A partir de sua compreensão sobre os saberes docentes e a formação profissional de professores, Tardif (2012) defende o que denomina “epistemologia da prática profissional”.

Trata-se de uma perspectiva a respeito da docência que implica o estudo do conjunto

- (A) dos saberes realmente utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.
- (B) dos conceitos e das teorias científicas, que determinam a atuação dos professores, tornando-a abstrata e artificial.
- (C) dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ou seja, professores e estudantes.
- (D) das regras de atuação externamente impostas ao professor, seja pela unidade escolar em que trabalha, seja pelo Estado.
- (E) dos movimentos pedagógicos historicamente predominantes, desde o ensino tradicional até o construtivismo e a neurociência.

20. Veiga (2009) afirma que o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico (PPP)

- (A) acaba sendo extinto quando se adota uma perspectiva efetivamente democrática.
- (B) é uma atribuição específica dos supervisores de ensino e das secretarias de educação.
- (C) deve ser preferencialmente exercido por agentes externos ao corpo gestor da escola.
- (D) cabe aos responsáveis pela coordenação pedagógica e pela orientação educacional.
- (E) tende a ter maior qualidade técnico-política quando exercido por consultores especializados.

21. Entre as diretrizes relacionadas a sequências de ensino-aprendizagem dentro do paradigma das competências, Zabala e Arnau (2020) defendem que as atividades partam de situações significativas e funcionais.

Para os autores, isso se deve ao caráter

- (A) episódico do ensino de competências, possibilitando que ele integre a metodologia pedagógica especificamente quando for desejável maior motivação estudantil.
- (B) disciplinar do ensino de competências, possibilitando que estas emergjam preferencialmente do domínio factual dos saberes de cada campo de conhecimento.
- (C) procedimental do ensino de competências, possibilitando que um procedimento possa ser aprendido junto à capacidade de usá-lo quando necessário.
- (D) abstrato do ensino de competências, possibilitando que o trabalho a ser realizado seja flexível e evitando a delimitação objetiva do objeto de estudo.
- (E) simplificado do ensino de competências, possibilitando que todos os estudantes alcancem os resultados previstos a partir das soluções transmitidas pelo professor.

- 22.** O conceito piagetiano de “pensamento egocêntrico”, conforme exposto por La Taille (in La Taille; Oliveira; Dantas, 1992), define-se
- (A) pela capacidade da criança de manter, ao longo de uma conversa, a coerência de suas definições e afirmações.
 - (B) pela tendência de crianças pequenas de elegerem o ponto de vista próprio como absoluto.
 - (C) por uma hipertrofia do “eu” e, portanto, por um comportamento autonomamente regulado.
 - (D) por um traço patológico de personalidade, sendo verificável em indivíduos incapazes de sentir empatia.
 - (E) pela capacidade da criança de aplicar a si própria as regras que regulam o comportamento do outro.
- 23.** Em relação às políticas avaliativas, o Decreto nº 12.686/2025, em seu art. 4º, assume como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva assegurar
- (A) a isonomia nas avaliações, por meio de instrumentos padronizados para todos os estudantes.
 - (B) a dispensa das avaliações a estudantes acolhidos pelo Atendimento Educacional Especializado, exceto quando optarem pelo contrário.
 - (C) a garantia de adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.
 - (D) a priorização de testes objetivos como instrumento de avaliação do público-alvo da Educação Especial.
 - (E) a concessão obrigatória de pontuação extra aos alunos com deficiência, proporcionalmente às barreiras impostas por cada caso.
- 24.** Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 01/2012), é correto afirmar que a Educação em Direitos Humanos articula-se a diferentes dimensões, entre as quais está o fortalecimento de práticas que envolvem
- (A) o reconhecimento das desigualdades como fator inevitável na globalização.
 - (B) a predileção pelo conceito de igualdade em lugar do de equidade social.
 - (C) a redução da diversidade, por ser produto de discriminações sociais.
 - (D) a reparação das diferentes formas de violação de direitos.
 - (E) o florescimento de uma civilização mais homogênea e, portanto, tolerante.
- 25.** A indisciplina de crianças e adolescentes pode ser um desafio tanto dentro quanto fora da escola.
- Em suas ações diante desse contexto, educadores devem respeitar as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que, em seu art. 17, estabelece
- (A) a prerrogativa exclusiva dos pais no uso do constrangimento como sanção perante ao comportamento inadequado.
 - (B) o dever de observância da proporcionalidade no uso da violência como forma de correção da indisciplina.
 - (C) o controle adulto sobre imagem, identidade, espaços e objetos pessoais das crianças, devido à carência de autonomia na infância.
 - (D) a proibição de repreensão da criança e do adolescente por parte de adultos, por quaisquer que sejam os meios.
 - (E) o direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Um estudante com baixa visão aproxima excessivamente o rosto do caderno durante as atividades escolares, levando a professora a adaptar a iluminação e os materiais utilizados em sala. De acordo com Amiralian (2004), situações como essa evidenciam que

- (A) a aproximação dos materiais é suficiente para caracterizar a funcionalidade visual de estudantes com baixa visão.
- (B) a funcionalidade visual desses indivíduos pode variar de acordo com as condições individuais e ambientais.
- (C) o diagnóstico clínico constitui o principal indicador das possibilidades de uso funcional da visão.
- (D) estudantes com baixa visão tendem a utilizar a visão residual de maneira semelhante em diferentes situações.
- (E) as dificuldades relacionadas à baixa visão decorrem predominantemente das condições visuais individuais.

27. Antes da aprendizagem formal do Sistema Braille, é importante que a criança cega desenvolva habilidades e conceitos necessários à compreensão da estrutura da leitura e escrita táteis. Nesse contexto, as orientações pedagógicas para a preparação à aprendizagem do Sistema Braille incluem prioritariamente

- (A) aprendizagem sistemática das combinações braille desde as etapas iniciais do processo de alfabetização.
- (B) utilização predominante de recursos auditivos para favorecer o acesso às informações escolares.
- (C) atividades de exploração tátil, percepção espacial e desenvolvimento da coordenação motora.
- (D) apresentação simultânea de diferentes sinais braille, visando ampliar o repertório inicial da criança.
- (E) desenvolvimento precoce da fluência de leitura como objetivo central da alfabetização.

28. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), incumbe ao poder público assegurar

- (A) o atendimento educacional especializado prioritariamente em instituições específicas para estudantes com deficiência.
- (B) a flexibilização curricular apenas para estudantes com deficiência que apresentem comprometimentos funcionais acentuados.
- (C) a organização de classes e escolas distintas para estudantes com deficiência, conforme o tipo de deficiência apresentado.
- (D) o acesso à escolarização condicionado à avaliação pedagógica da capacidade de acompanhamento curricular do estudante.
- (E) o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

29. De acordo com o Decreto nº 12.686/2025, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva tem como finalidade

- (A) garantir aos estudantes público da educação especial o direito à educação em sistema educacional inclusivo, com igualdade de oportunidades e apoio à participação, permanência e aprendizagem.
- (B) organizar a oferta do atendimento educacional especializado como serviço complementar ao ensino comum para estudantes público da educação especial.
- (C) assegurar recursos e serviços educacionais destinados exclusivamente aos estudantes com deficiência atendidos pelo atendimento educacional especializado.
- (D) priorizar ações clínicas e terapêuticas como eixo estruturante do processo de inclusão educacional.
- (E) organizar percursos de escolarização distintos para cada grupo de estudantes público da educação especial.

30. No âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), as Salas de Recursos Multifuncionais podem ser classificadas em diferentes tipos, conforme os recursos de acessibilidade que disponibilizam. Nesse contexto, as salas do tipo II diferenciam-se das do tipo I por também disponibilizarem
- (A) recursos para ampliação da oferta de atividades pedagógicas em contraturno escolar.
 - (B) recursos destinados ao apoio pedagógico de estudantes com deficiência física e dificuldades motoras.
 - (C) recursos específicos para estudantes com cegueira, como impressora braille, soroban e guia de assinatura.
 - (D) recursos voltados à realização de atividades pedagógicas desenvolvidas exclusivamente no contexto do atendimento educacional especializado.
 - (E) equipamentos destinados à produção de materiais adaptados para diferentes áreas do currículo escolar.
31. Em uma proposta de educação inclusiva, o planejamento pedagógico para estudantes com deficiência visual deve considerar as características da cegueira e da baixa visão, bem como as diferentes possibilidades de aprendizagem e acesso aos conteúdos escolares. Nesse contexto, estudantes
- (A) com cegueira e baixa visão compartilham necessidades educacionais semelhantes, podendo utilizar recursos pedagógicos comuns em diferentes contextos escolares.
 - (B) com baixa visão tendem a apresentar padrões semelhantes de utilização da visão residual nas atividades escolares.
 - (C) com baixa visão podem necessitar do uso complementar de recursos táteis quando a utilização da visão residual não for suficiente para atender às demandas escolares.
 - (D) com baixa visão podem utilizar o resíduo visual em atividades escolares, enquanto estudantes com cegueira podem necessitar de mediações baseadas em experiências táteis, auditivas e cinestésicas.
 - (E) com cegueira congênita apresentam maior dificuldade na construção de conceitos abstratos do que estudantes com baixa visão.
32. Durante o planejamento das atividades escolares, o professor observou que um estudante com baixa visão apresentava diferentes possibilidades de utilização do resíduo visual. Nesse contexto, uma estratégia pedagógica adequada consiste em
- (A) utilizar prioritariamente recursos ópticos como estratégia de acesso aos conteúdos escolares.
 - (B) utilizar recursos ópticos e não ópticos associados às necessidades específicas do estudante.
 - (C) ampliar o uso de recursos auditivos como estratégia complementar de acesso às informações escolares.
 - (D) utilizar materiais escolares comuns, realizando adaptações apenas quando necessário.
 - (E) diversificar os instrumentos avaliativos, com predominância de procedimentos orais.
33. Durante as primeiras semanas de aula, um estudante cego demonstrava insegurança ao deslocar-se pelos diferentes ambientes da escola. Considerando a importância da orientação e mobilidade para a autonomia e a participação do estudante nos espaços escolares, uma medida adequada é
- (A) proporcionar ao estudante oportunidades de exploração gradual dos espaços da escola, favorecendo a construção de referências e mapas mentais do ambiente.
 - (B) modificar constantemente a disposição do mobiliário escolar, estimulando o estudante a adaptar-se continuamente a novos percursos.
 - (C) conduzir permanentemente o estudante pelos ambientes escolares, evitando que realize deslocamentos autônomos.
 - (D) priorizar orientações verbais detalhadas durante os deslocamentos, tomando-as como principal estratégia de orientação espacial do estudante.
 - (E) restringir o uso da bengala longa aos ambientes externos, preservando os espaços internos de possíveis acidentes.
34. Segundo Machado *et al.* (2003), o processo de orientação envolve diferentes etapas que antecedem o deslocamento propriamente dito. Entre essas etapas, destaca-se
- (A) a seleção dos elementos do ambiente considerados relevantes para atingir determinado objetivo.
 - (B) a reprodução automática de trajetos anteriormente percorridos em situações semelhantes.
 - (C) a utilização prioritária de informações táteis em substituição às demais formas de percepção.
 - (D) o deslocamento contínuo em direção ao destino sem necessidade de revisão do percurso.
 - (E) a memorização integral das características físicas dos ambientes frequentados.

35. Segundo o documento *Atendimento educacional especializado: deficiência visual* (MEC/SEESP, 2007), o aprendizado do Sistema Braille por alunos cegos deve ocorrer

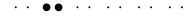
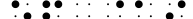
- (A) de forma simultânea e complementar ao processo de alfabetização e desenvolvimento da leitura e da escrita.
- (B) após o estudante demonstrar domínio das habilidades iniciais de leitura e escrita.
- (C) quando houver desenvolvimento suficiente das habilidades táteis e motoras necessárias ao reconhecimento dos caracteres.
- (D) prioritariamente em contextos especializados distintos da sala de aula comum.
- (E) em articulação com outros recursos de tecnologia assistiva utilizados pelo estudante.

36. No ensino de Matemática para estudantes com deficiência visual, o uso do soroban envolve a compreensão da organização do sistema de numeração decimal. Nesse contexto, o registro de números no soroban está relacionado ao fato de que

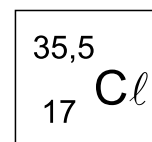
- (A) cada eixo permite registrar simultaneamente diferentes algarismos de uma mesma ordem numérica.
- (B) as contas do soroban representam valores fixos, independentemente da posição ocupada no aparelho.
- (C) os números devem ser registrados da direita para a esquerda, iniciando-se pelas ordens de menor valor.
- (D) o uso do soroban dispensa a identificação de ordens e classes na realização das operações matemáticas.
- (E) a organização das ordens e classes no soroban acompanha o princípio do valor posicional utilizado na escrita numérica convencional.

37. Em Ciências, alguns ícones utilizados para indicar condições que exigem atenção especial possuem representação específica na transcrição braille. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a representação braille do símbolo de radioatividade.



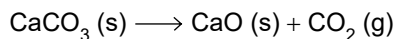
- (A)  (B) 
- (C)  (D) 
- (E) 

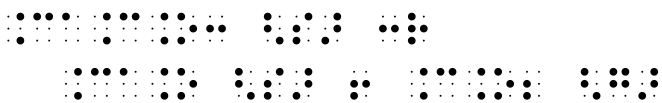
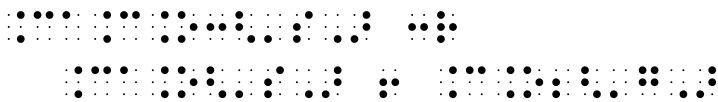
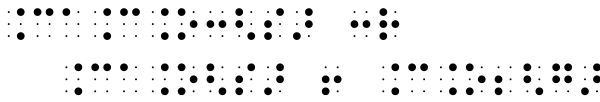
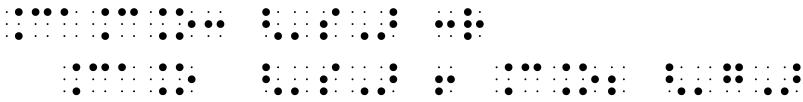
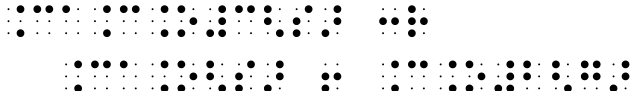
38. De acordo com a *Grafia Química Braille para Uso no Brasil* (Brasil, 2017), na representação de elementos químicos em braille, o número de massa deve ser indicado à esquerda do símbolo químico em posição superior, e o número atômico à esquerda em posição inferior. Considerando essa convenção, assinale a alternativa que apresenta corretamente, em braille, a representação do elemento químico cloro (Cl), conforme o exemplo apresentado a seguir.



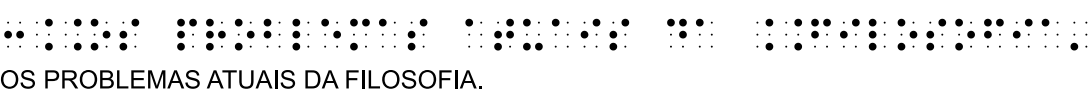
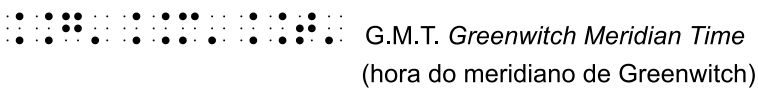
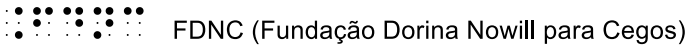
-

39. A *Grafia Química Braille para Uso no Brasil* (Brasil, 2017) estabelece que o estado de agregação das substâncias deve ser representado por abreviaturas específicas entre parênteses simples, colocadas imediatamente após a fórmula química correspondente. Considerando essa orientação, assinale a alternativa que apresenta corretamente, em braille, a representação da reação química a seguir:



- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

40. Na *Grafia Braille para a Língua Portuguesa* (Brasil, 2018), a representação de letras maiúsculas, palavras em caixa-alta e siglas obedece a regras específicas de sinalização. Considerando essas orientações, assinale a alternativa que apresenta uma representação braille correta.

- (A)  CBB (Comissão Brasileira do Braille)
- (B)  OS PROBLEMAS ATUAIS DA FILOSOFIA.
- (C)  G.M.T. *Greenwitch Meridian Time*
(hora do meridiano de Greenwich)
- (D)  FDNC (Fundação Dorina Nowill para Cegos)
- (E)  Louis Braille

41. Na transcrição de textos para o Sistema Braille, diferentes convenções são utilizadas para representar abreviaturas, números ordinais, sinais de pontuação e letras maiúsculas. Considerando as orientações da *Grafia Braille para a Língua Portuguesa* (Brasil, 2018), assinale a alternativa que apresenta corretamente a seguinte expressão:

Art. 5º — Todos têm direito à educação.

- (A)

42. Na transcrição braille de textos em Língua Portuguesa, diferentes sinais e convenções devem ser empregados conforme as orientações da *Grafia Braille para a Língua Portuguesa* (Brasil, 2018). Considerando essas orientações, assinale a alternativa cuja representação braille está corretamente grafada.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

43. Uma estudante que perdeu a visão recentemente passou a evitar atividades escolares que antes realizava com autonomia, demonstrando insegurança e receio diante das novas situações do cotidiano. Considerando os processos de adaptação à perda visual, é correto afirmar que

- (A) o processo de adaptação à perda visual limita-se às dificuldades decorrentes da redução da capacidade visual.
- (B) a adaptação à perda visual ocorre de maneira previsível entre pessoas submetidas a condições clínicas semelhantes.
- (C) a adaptação à perda visual é determinada predominantemente pelo grau de acuidade visual remanescente.
- (D) a reorganização diante da perda visual pode envolver mudanças emocionais, sociais e na forma de interação com o ambiente.
- (E) a autonomia da pessoa com perda visual depende principalmente da superação espontânea da insegurança inicial.

44. Ao preparar materiais para um estudante com baixa visão, uma professora buscava alternativas para favorecer a leitura e o acesso às atividades escritas. Considerando orientações pedagógicas voltadas ao atendimento desse estudante, é adequado

- (A) utilizar superfícies brilhantes para ampliar a incidência luminosa e melhorar a visualização dos textos e atividades escolares.
- (B) organizar os materiais didáticos com diferentes tipos de fonte e com bastante informação visual, a fim de aumentar os estímulos visuais.
- (C) ampliar os materiais observando aspectos como contraste, fonte e tamanho adequado das letras, respeitando as necessidades visuais do estudante.
- (D) restringir o uso de lápis 4B, canetas hidrográficas pretas e cadernos com pautas ampliadas apenas às atividades de treinamento visual especializado.
- (E) evitar adaptações individualizadas para que o estudante possa desenvolver maior independência na leitura convencional.

45. Com base na discussão apresentada por Lima (2021) acerca dos fundamentos da defectologia de Vigotski, é correto afirmar que
- (A) a deficiência determina os limites do desenvolvimento psicológico e das aprendizagens da criança, independentemente das condições sociais e educacionais oferecidas.
 - (B) a avaliação da deficiência deve fundamentar-se prioritariamente na mensuração das limitações funcionais do indivíduo como principal critério para definir suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.
 - (C) o desenvolvimento cultural está diretamente condicionado à integridade das funções biológicas de cada indivíduo e às suas condições orgânicas.
 - (D) a criança com deficiência apresenta formas particulares de desenvolvimento, que devem ser compreendidas em sua relação com o contexto social e cultural.
 - (E) o desenvolvimento da criança com deficiência ocorre de maneira semelhante ao das demais crianças, diferenciando-se principalmente pela velocidade de aprendizagem.
46. Ao analisar práticas tradicionalmente utilizadas para lidar com estudantes que apresentam dificuldades escolares, Mantoan (2015) critica medidas como reforço paralelo, reforço continuado, currículos adaptados e outras estratégias semelhantes porque
- (A) reforçam a necessidade de organizar os estudantes em grupos homogêneos de aprendizagem.
 - (B) a avaliação da deficiência deve fundamentar-se prioritariamente na mensuração das limitações funcionais do indivíduo como principal critério para definir suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem.
 - (C) possibilitam identificar com maior precisão as limitações individuais dos estudantes para orientar seu percurso escolar.
 - (D) contribuem para a definição de currículos diferenciados voltados às necessidades específicas de cada estudante.
 - (E) favorecem a organização de estratégias pedagógicas paralelas ao currículo comum para estudantes com dificuldades persistentes.
47. No processo educacional de estudantes com deficiência visual, a exploração direta dos objetos e do ambiente desempenha um papel importante na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, é necessário
- (A) oferecer experiências que possibilitem a exploração e a manipulação de objetos, favorecendo a construção de conceitos.
 - (B) organizar atividades que priorizem a apresentação sistemática de informações verbais antes da exploração concreta dos objetos.
 - (C) privilegiar conteúdos cuja compreensão possa ocorrer predominantemente por meio de descrições e explicações verbais.
 - (D) utilizar representações táteis e descrições verbais como estratégias suficientes para a construção dos conceitos escolares.
 - (E) organizar atividades centradas em representações bidimensionais, reduzindo o contato direto com objetos e situações reais.
48. No desenvolvimento de crianças cegas, muitas habilidades que costumam ser adquiridas espontaneamente por crianças videntes demandam oportunidades específicas de aprendizagem. Essa compreensão fundamenta-se na ideia de que
- (A) a ausência da visão pode reduzir oportunidades espontâneas de exploração e aprendizagem do ambiente.
 - (B) a cegueira determina limitações permanentes no desenvolvimento motor e cognitivo da criança, independentemente das oportunidades de aprendizagem oferecidas.
 - (C) o desenvolvimento da criança cega ocorre de forma independente das oportunidades de exploração e interação com o ambiente.
 - (D) a orientação e mobilidade deve ser introduzida quando a criança já apresenta domínio das habilidades iniciais de leitura e escrita.
 - (E) a aquisição de conceitos espaciais está diretamente relacionada ao processo de maturação biológica da criança.

49. Ao abordar a trajetória da educação de pessoas com deficiência visual, Masini (2014) destaca que diferentes concepções orientaram as práticas educacionais ao longo do tempo. Nesse processo histórico, uma mudança significativa ocorreu quando

- (A) a deficiência passou a ser compreendida como uma condição que inviabiliza a escolarização em ambientes comuns.
- (B) os serviços educacionais especializados passaram a substituir integralmente a escolarização regular.
- (C) os recursos específicos para pessoas com deficiência visual passaram a ser considerados desnecessários diante das propostas inclusivas.
- (D) a atenção educacional passou a considerar as possibilidades de participação e aprendizagem da pessoa com deficiência.
- (E) a educação das pessoas com deficiência visual passou a priorizar exclusivamente o desenvolvimento de habilidades laborais.

50. No contexto da deficiência visual, diferentes recursos podem ser utilizados para favorecer o acesso à informação, à comunicação e à aprendizagem. A compreensão da Tecnologia Assistiva na área da deficiência visual envolve diferentes recursos e estratégias. De acordo com Vissossi (2023), a Tecnologia Assistiva na área da deficiência visual caracteriza-se pela

- (A) utilização predominante de recursos tecnológicos destinados à compensação das limitações visuais.
- (B) utilização de recursos, estratégias e serviços destinados a ampliar a autonomia, a participação e o acesso à informação.
- (C) substituição gradual dos recursos pedagógicos tradicionais por tecnologias digitais acessíveis.
- (D) utilização de recursos específicos definidos conforme o grau de comprometimento visual apresentado pelo indivíduo.
- (E) adoção prioritária de recursos ópticos e eletrônicos para favorecer o desempenho acadêmico.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Mais de 30 anos após a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Brasil adapta a legislação a um novo contexto histórico: a vida digital. Com impactos diretos para escolas, famílias e o cotidiano de crianças e adolescentes, o ECA Digital inaugura um novo marco na regulação das plataformas e na proteção de direitos no ambiente online.

Essa atualização se tornou necessária porque o uso da internet por crianças e adolescentes cresceu muito. Segundo a edição de 2024 da pesquisa TIC Kids Online Brasil, 83% das crianças e adolescentes que usam a internet no país já têm contas em plataformas como WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube, mesmo quando esses serviços não são pensados especificamente para esse público.

(Ana Luísa D'Maschio. *O que é o ECA Digital e como ele impacta o cotidiano escolar*. Disponível em: <https://porvir.org>, 20.01.2026. Adaptado)

TEXTO 2



(Fred Santana. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br>, 17.03.2026. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei nº 15.211, mais conhecida como ECA Digital, já está valendo. Entretanto, as *big techs* ainda corriam para adotar as medidas mais elementares previstas na legislação na véspera de sua vigência. Segundo a avaliação de especialistas, as iniciativas das empresas de tecnologia representavam apenas uma ínfima parte de tudo o que elas ainda precisavam fazer. Não será fácil: as mudanças impostas pelo ECA Digital enfrentam forte resistência das companhias estrangeiras, haja vista que impactam seu modelo de negócios. É evidente que as plataformas precisam estruturar ambientes mais seguros. Mas existe uma linha tênue entre o que cabe a elas e o que deve ser acompanhado pelos pais. Ferramentas de supervisão parental, como vincular a conta do filho a um responsável, já são realidade em alguns serviços, mas ainda inexistentes em outros.

O ponto é que, sem o acompanhamento ativo da família, qualquer sistema acaba falhando. A plataforma pode impedir anúncios direcionados ou bloquear certos conteúdos, mas dificilmente conseguirá substituir o papel de supervisão que cabe aos pais. O risco é que, ao transferirmos totalmente essa responsabilidade para empresas de tecnologia, acabemos criando uma sensação de falsa segurança.

(Estadão. *O ECA Digital começa mal*. Disponível em: www.estadao.com.br, 19.03.2026. Adaptado)

TEXTO 4

Especialistas já apontam fragilidades no novo ECA Digital. Há quem veja excesso de transferência de responsabilidade às famílias, como se pais e mães, sozinhos, pudessem enfrentar plataformas bilionárias movidas por um lucro inescrupuloso, alimentado justamente pela exposição precoce e pelo engajamento tóxico. Outros alertam para a timidez das sanções, a vagueza de conceitos e a ausência de mecanismos claros e eficientes de fiscalização. Protege-se a infância no discurso, mas preserva-se, na prática, a inércia estatal e o conforto econômico de quem lucra com o risco. Leis não fracassam sozinhas: fracassam quando o Estado não fiscaliza, não pune e não educa.

(Oscar Bessi. *ECA Digital: uma nova "Lei Maria da Penha", ótima sem mudar nada?* Disponível em: www.correiopovo.com.br, 11.02.2026. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DESAFIOS DO ECA DIGITAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES NA INTERNET

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RASCUNHO

RASCUNHO

